

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 21, 22 e 23 de setembro de 2024 • Nº 1894 • R\$ 1,00

www.diariodacionista.com.br

REDE SOCIAL

X nomeia advogada como representante legal

A rede social X informou ter enviado nesta sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) o nome da advogada Rachel de Oliveira Villa Nova para atuar como representante legal da empresa no país. O envio foi feito para cumprir a determinação do ministro Alexandre de Moraes, que deu

prazo de 24 horas para a empresa comprovar a reativação da representação no Brasil. O prazo terminou às 21h29. Na Quinta-feira, o ministro pediu que a empresa enviasse documentos de registro na Junta Comercial e que comprovassem a nomeação da advogada para representar a empresa

oficialmente. No mês passado, Moraes retirou o X do ar após a empresa fechar seu escritório do Brasil, condição obrigatória para qualquer firma funcionar no país. No dia 17 de agosto, o bilionário Elon Musk, dono da rede social, anunciou o fechamento da sede da empresa no Brasil.

APOSENTADORIAS

STF rejeita recursos da revisão da vida toda do INSS

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou nesta sexta-feira dois recursos contra a decisão da própria Corte que derrubou a possibilidade de revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O caso é julgado pelo plenário virtual. O placar da votação é de 7 votos a 1 pela rejeição dos recursos apresentados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). Além do relator, ministro Nunes Marques, os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso votaram para negar os recursos. O único voto favorável aos aposentados foi proferido pelo ministro Alexandre de Moraes, que reconheceu que o STF já decidiu validar a revisão da vida toda. O julgamento virtual foi finalizado na sexta-feira. Em março deste ano, o Supremo decidiu que os aposentados não têm direito de optarem pela regra mais favorável para recálculo do benefício. O placar do julgamento foi de 7 votos a 4. A decisão anulou outra deliberação da Corte favorável à revisão da vida toda. A reviravolta ocorreu porque os ministros julgaram duas ações de inconstitucionalidade contra a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), e não o recurso extraordinário no qual os aposentados ganharam o direito à revisão.

LAVA JATO

Fachin manda investigar que fim levaram bens de Youssef



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, decidiu averiguar que fim tiveram os bens entregues pelo delator Alberto Youssef à Operação Lava Jato no âmbito de sua colaboração premiada. Fachin determinou que a Justiça Federal de Curitiba entregue documentos relativos à destinação dos itens, após considerar que carecem de "maior precisão" informações já prestadas sobre pagamentos e devolução de valores feitos

pelo doleiro. O despacho do ministro, dá 5 dias para que o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba - origem da Lava Jato - esclareça as informações sobre o acordo de delação de Youssef. Fachin quer saber para quem ou quais órgãos foram repassados os valores referentes aos objetos que Youssef entregou às autoridades a título de ressarcimento por danos causados pelo esquema de corrupção montado na Petrobras. **PÁGINA 5**

'MUITO RELEVANTE'



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Barroso culpa desmonte de órgãos de proteção ambiental por queimadas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso (foto), disse que as queimadas no Brasil ocorrem após um desmonte "muito relevante" das instituições de proteção ambiental no Brasil e diante de secas "sem precedentes" no País. "Houve um desmonte muito relevante das instituições de proteção ambiental, de proteção às comunidades indígenas. Há um problema humano, de recursos humanos e de preparação técnica em relação ao desmonte", afirmou ele, a jornalistas, em Nova York. Na sua visão, tanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como outros órgão, ficaram "totalmente desestruturados" de pessoas e trabalho e foram "desprestigiados". **PÁGINA 5**

ESTADOS

STF valida repasse de 25% do ICMS para municípios

PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -1,55% / 131.065,44 / -2.057,23 / Volume: R\$ 53.827.264.592 / Negócios: 4.840.949			Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,29% (ago.)	EURO turismo	Compra: 6,2301	Venda: 6,4101					
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento			Taxa Selic		DÓLAR comercial			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	%	TR	(18/09)	OURO	Compra: 5,4775	+1,08%		
HAPVIDA ON NM	4,33	-3,13	-0,14	AMPLA ENER ON ES	19,99	+99,90	+9,99	AGROGALAXY ON NM	0,570	-21,92	-0,160	S&P 500	5.702,55	-0,19	DÓLAR turismo	Compra: 5,5202	Venda: 5,5208
BRADESCO PN N1	14,75	-1,86	-0,28	DTCOM.DIRECTON	5,09	+19,48	+0,83	RECRUSUL ON	4,89	-16,98	-1,00	NASDAQ Composite	17.948,32	-0,36	BM&F/grama/RJ	R\$ 468,98	
B3 ON NM	11,60	-3,33	-0,40	PETTENATI ON	11,23	+15,65	+1,52	VIVEO ON NM	1,930	-11,87	-0,260	Euronext 100	1.489,07	-0,20	EURO Comercial	Compra: 6,1613	Venda: 6,1619
COGNA ON ON NM	1,32	-6,38	-0,09	ALFA HOLDINGON	9,57	+14,47	+1,21	ZAMP S.A. ON	2,65	-10,17	-0,30	Euronext 40	7.597,52	-0,23	DÓLAR turismo	Compra: 5,4575	Venda: 5,7275
PETROBRAS PN N2	36,26	-0,03	-0,01	ALFA HOLDINGPNB	9,570	+14,47	+1,210	ESPAR ON N	2,900	-9,38	-0,300						

Economia**MERCADOS**

Bovespa fecha dia em queda de 1,55%, aos 131 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou perdas ao longo da tarde e testou a casa dos 130 mil pontos na mínima desta sexta-feira, em nível não visto no intradía desde 12 de agosto e, no fechamento, desde o dia 9 daquele mesmo mês. Nesta sexta, o Índice Bovespa (Ibovespa) flutuou em faixa mais ampla, dos 130.907,42 aos 133.128,36, saindo de abertura aos 133.120,87 pontos. E fechou aos 131.065,44 pontos, em queda de 1,55%, que colocou a perda da semana a 2,83% e a do mês, até aqui, a 3,63%. Na semana anterior, o Ibovespa havia acumulado leve ganho de 0,23%, após revés de 1,05% no intervalo precedente.

O desempenho negativo na semana e no mês inclina o índice da B3 abaixo no ano, em recuo de 2,32% até esta sexta-feira - dia de vencimento de opções sobre ações, em que o giro financeiro foi a R\$ 33,4 bilhões. A perda de quase 3% acumulada na semana foi a maior para o índice desde a queda, exatamente de 3%, no intervalo entre 20 e 24 de maio. E o recuo de 1,55% nesta sexta foi o maior para o Ibovespa desde a retração de 1,73% em 7 de junho. Das cinco sessões da semana que chega ao fim, o Ibovespa avançou

apenas na segunda-feira - e só 0,18%.

Na B3, dentre as principais ações, apenas as de Petrobras chegaram a ensaiar alta até o fim da tarde, mas cederam os ganhos e fecharam em torno da estabilidade (ON sem variação, PN -0,03%) - em sessão negativa para o petróleo, com o Brent em baixa de 0,5%.

Na ponta perdedora do Ibovespa, CSN (-7,63%), Magazine Luiza (-7,26%) e CVC (-6,97%). No lado oposto, Raizen (+2,28%), Embraer (+1,60%) e TIM (+1,3%). Entre as blue chips, Vale ON fechou em baixa de 1,51% e as perdas no setor metálico - além do forte ajuste em CSN, a maior queda do Ibovespa - foram também sentidas em Usiminas (PNA -5,62%) e Gerdau (PN -2,17%).

DÓLAR

A apreciação cambial vista nos últimos 7 pregões foi deixada para trás nesta sexta-feira, com o real tendo o pior desempenho entre as principais moedas de emergentes e exportadores de commodities. Apesar de na semana ter recuado 0,83%, o dólar à vista tocou máxima a R\$ 5,52 nesta sexta.

Assim, o dólar à vista subiu 1,78%, a R\$ 5,5209, perto da máxima de R\$ 5,5239 alcançada pela tarde.

SANEAMENTO

Segundo leilão de PPP da Sanepar termina na B3 com 3 vencedores

ELISA CALMON/AE

O segundo leilão de parcerias público-privada (PPP) para serviços de esgotamento sanitário da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) foi encerrado perto do fim da tarde desta sexta-feira, na sede da B3, em São Paulo. Cinco empresas disputaram os três lotes ofertados. Os vencedores foram Acciona, Iguá e o Saneamento Consultoria, grupo formado pelas empresas Aegea, Perfin e Kinea.

O edital permitia que as licitantes participassem de mais uma disputa. Contudo, determinava que caso arrematassem mais de um lote, deveria escolher o que mais lhe interessasse. Contudo, como foram vencedores distintos, esta etapa não precisou ser cumprida.

O impedimento de operar mais de um lote foi alvo de questionamentos pela Aegea, que levou a questão à Justiça. Em maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, suspendeu a primeira tentativa de leilão após acatar o pedido da companhia. A Aegea argumentou que a restrição é "desproporcional" e "viola a competitividade".

Contudo, na última quarta-feira, Dino mudou de posição após o Estado do Paraná prestar informações e esclarecer os pontos que haviam embasado a decisão cautelar. Com isso, autorizou a realização do leilão desta sexta-feira.

Além das vencedoras, os consórcios GS Inima-Traçado e Sacyr-Cembra Águas do Paraná também participaram das três disputas.

Nota

PLANEJAMENTO: GOVERNO ESPERA ARRECADAR R\$ 33,74 BI DE SETEMBRO A DEZEMBRO COM PACOTE

O governo federal espera arrecadar R\$ 33,740 bilhões de setembro a dezembro deste ano com as medidas arrecadatórias aprovadas no Congresso Nacional no ano passado. A projeção foi divulgada nesta sexta-feira, pelo Ministério do Planejamento no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre de 2024. Em julho, o cálculo era de que seriam arrecadados ainda R\$ 87,138 bilhões até o fim do ano. A estimativa não detalha, no entanto, o quanto já foi arrecadado com cada medida nos meses anteriores. O pacote arrecadatório que foi aprovado pelo Congresso no ano passado previa uma arrecadação de R\$ 168,3 bilhões ao longo do ano para garantir o cumprimento da meta de resultado primário de déficit zero.

MESMO EXTINTO

STF valida repasse de 25% do ICMS de estados a municípios

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem nove votos para manter o repasse de 25% do ICMS dos estados aos municípios, mesmo quando o crédito for extinto por transação (acordo que põe fim ao litígio) ou compensação (quando determinado serviço é pago por meio de desconto no pagamento do tributo). O repasse de 25% dos tributos recolhidos pelos estados é obrigatório e previsto na Constituição. O julgamento é realizado no plenário virtual e foi concluído nesta sexta-feira.

A ação em análise foi movida pelo Mato Grosso do Sul contra lei complementar federal que

estabelece que, no mesmo ato da extinção do crédito, o estado deve realizar o depósito de 25% na conta de participação do município.

Para o estado, se não há efetivamente a entrada de dinheiro nos cofres públicos, não há receita. "A arrecadação tributária só ocorre quando há a satisfação do direito do Fisco, isto é, com o cumprimento da prestação pecuniária compulsória: recolhimento de dinheiro ou de valores representativos do dinheiro aos cofres públicos", argumenta o estado em petição assinada em 2006.

Para o relator, Kassio Nunes Marques, o estado arrecada mesmo quando o crédito é extinto - e, por isso, deve enviar

parte do montante aos municípios. "A situação, aqui, é de verba arrecadada, isto é, receita pública devidamente contabilizada como crédito a mais no orçamento. Nessa hipótese, não é lícito ao Estado limitar, de qualquer modo, a transferência dos recursos aos Municípios", afirmou em seu voto, seguido por oito ministros até o momento. Apenas Gilmar Mendes e Luiz Fux ainda não se manifestaram.

O ministro destacou que a compensação e a transação são diferentes de renúncias ou benefícios fiscais porque exige o cumprimento de obrigações por parte do contribuinte. "O poder público também alcança benefício em razão dessas medidas. Sobre o ponto de

vista contábil, observa-se diminuição do passivo de dívidas estatais ou mesmo aumento do ativo", afirmou.

"O estado não pode, unilateralmente, dispor da parcela dos municípios para atender a suas necessidades de caixa", argumentou o advogado Ricardo Ribeiro da Silva, que representa a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), em sustentação oral enviada à Corte. De acordo com ele, a lei previu o repasse mesmo na extinção do tributo "exatamente para evitar esse tipo de manobra, que tente escamotear a arrecadação de ICMS através de outras formas de quitação do crédito tributário, que deve ser repartido".

COMBUSTÍVEL

País precisa de 3 mil técnicos por ano para expandir hidrogênio verde

BRUNO DE FREITAS MOURA/BRASIL

O Brasil precisará formar, a cada ano, quase 3 mil técnicos e trabalhadores qualificados para expandir a produção do chamado hidrogênio verde, combustível limpo tido como um dos pilares da almejada transição energética.

A estimativa de demanda profissional está em uma pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O estudo entrevistou 128 especialistas em hidrogênio verde e mapeou a necessidade média de mão de obra em três níveis de ocupação: médio, baixo e alto. No nível médio, que engloba técnicos e trabalhadores qualificados, são necessários 2.863 novos profissionais a cada ano. No nível baixo, que inclui trabalhadores semiquilificados e não qualificados, 2.248 anualmente.

No nível alto, formado por cientistas e engenheiros altamente qualificados, o levantamento não traz números, apenas sinaliza que a demanda é relativamente menor e concentrada em universidades e centros de pesquisa.

O levantamento do Senai foi feito em parceria com o projeto H2Brasil, que faz parte de uma cooperação entre o Brasil e a Alemanha para o desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados apontaram que a formação técnica especializada é fundamental para a im-

plementação bem sucedida de fábricas de hidrogênio verde e da transição energética no país.

Metade dos especialistas ouvidos afirmaram que a demanda por trabalhadores técnicos especializados será voltada para a instalação, manutenção e renovação de sistemas relacionados à produção do combustível.

PREPARAÇÃO

Os entrevistados avaliaram positivamente o progresso do setor nos últimos 18 meses, com 48% indicando que as condições para a criação de uma economia de hidrogênio já estão sendo implementadas. Outros 37% destacaram a importância das plantas-piloto na produção de hidrogênio, e 35% mencionaram a expansão da cooperação internacional.

Para atuar na formação de mão de obra, o Senai criou um centro de excelência no Rio Grande do Norte e cinco laboratórios regionais (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia e Ceará) voltados à educação profissional e superior, além de um curso de pós-graduação.

"Teremos um primeiro movimento de especialização para quem possui nível superior, nas áreas voltadas à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e regulação. O segundo movimento será direcionado à instalação e operação das plantas, que exigirá profissionais de nível técnico", explica o superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai, Felipe Morgado.

HIĐROGÊNIO VERDE

O hidrogênio é um gás que pode ser utilizado como combustível sem emitir gás carbônico (CO₂), causador do efeito estufa e, por consequência, aquecimento global. No entanto, apesar de ser o elemento mais comum na natureza, dificilmente é encontrado isoladamente. Geralmente está associado a outros elementos, como no caso da água (H₂O).

Para fazer a separação dos elementos químicos, é preciso usar energia. Quando essa energia é de origem limpa, como a hidrelétrica, eólica e solar, é possível classificar o hidrogênio resultante como verde. Mas para isso é preciso ainda que todo o processo de transporte e armazenamento do gás resultante seja feito por atividades carbono neutro, ou seja, sem emissão de CO₂.

Um dos meios mais desenvolvidos para extração do hidrogênio é a eletrólise, quando se extrai a molécula presente na água.

A partir do momento em que o Brasil conseguir expandir a produção de hidrogênio verde, o gás poderá ser usado em atividades de uso intensivo de energia, como transporte e siderurgia, fazendo com que esses setores tornem-se menos poluentes e contribuam para a transição energética.

MARCO LEGAL

Por ser um dos pilares da tão desejada economia de baixo carbono, a produção de hidrogênio é tratada no Brasil de forma estratégica. No dia 2 de

agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, conhecida também como marco legal do setor.

A nova legislação instituiu o sistema brasileiro de certificação do hidrogênio e mecanismos de incentivo para aumentar a atratividade dos projetos para produção de energia.

No início de setembro, o Senado aprovou um projeto de lei (PL) que estabelece regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

O PL visa dar condições para desenvolver o mercado interno de hidrogênio de baixa emissão de carbono por meio de incentivos para setores industriais como de fertilizantes, siderúrgico, cimentoiro, químico e petroquímico. Conforme o texto, o total de crédito fiscal passível de ser concedido de 2028 a 2032 é de R\$ 18,3 bilhões.

O programa tinha sido vetado na sanção do projeto que definiu o marco regulatório. Após ajustes feitos por deputados e senadores, o PL seguiu para análise da presidência da República no último dia 11. O presidente Lula tem até 1º de outubro para sancionar ou vetá-lo.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que já há mais de 60 projetos de hidrogênio a partir de fontes renováveis anunciados no Brasil, com investimentos que somam R\$ 188,7 bilhões.

JOGATINA

Entidades empresariais se reúnem com Alckmin nesta segunda-feira para tratar sobre bets

TALITA NASCIMENTO/AE

Nesta segunda-feira associações ligadas ao varejo, comércio e indústria participaram de uma reunião com o vice-presidente, Geraldo Alckmin para tratar das plataformas de

apostas esportivas e jogos online. O encontro acontece às 12h30, na sede do BNDES, em São Paulo.

Na última quinta-feira, durante o evento Latam Retail Show, organizado pela consultoria Gouvêa Ecosystem, essas

mesmas entidades divulgaram um manifesto no qual se comprometeram a atuar pela regulamentação de publicidade e patrocínios das chamadas bets, bem como impedir de forma imediata o uso do cartão de crédito para pagamento

das apostas, o que só ocorreria em 2025 pela legislação aprovada.

Esta será a segunda reunião com Alckmin neste mês sobre o mesmo tema. A primeira ocorreu no último dia 19, em Brasília.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

LAVA JATO

Fachin manda investigar que fim levaram bens de doleiro

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, decidiu averiguar que fim tiveram os bens entregues pelo delator Alberto Youssef à Operação Lava Jato no âmbito de sua colaboração premiada. Fachin determinou que a Justiça Federal de Curitiba entregue documentos relativos à destinação dos itens, após considerar que carecem de "maior precisão" informações já prestadas sobre pagamentos e devolução de valores feitos pelo doleiro.

O despacho do ministro, assinado na terça-feira passada, dá cinco dias para que o juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba - origem da Lava Jato - esclareça as informações sobre o acordo de delação de Youssef.

Fachin quer saber para quem ou quais órgãos foram repassados os valores referentes aos objetos que Youssef entregou às autoridades a título de ressarcimento por danos causados pelo esquema de cartel e corrupção montado na Petrobras.

A Justiça Federal deverá indicar qual o trâmite processual seguido em cada caso, se há diligências ainda em curso e quais as "providências faltantes". Fachin exige comprovação de cada passo.

Os dados estão ligados ao patrimônio do qual Youssef abriu mão "de forma irrevogável e irretroatável, por se tratarem de proveitos de crimes".

EIS A LISTA:

- Todos os bens em nome da GFD que estejam administrados pela Web Hotéis Empreendimentos Ltda

- Propriedade de 74 unidades autônomas integrantes do Con-

domínio Hotel Aparecida, bem como do empreendimento Web Hotel Aparecida nele instalado, localizado em Aparecida, interior de São Paulo.

- 37,23% do imóvel em que se situa o empreendimento Web Hotel Salvador

- Empreendimento Web Hotel Príncipe da Enseada e do respectivo imóvel, localizado em Porto Seguro-BA;

- seis unidades autônomas componentes do Hotel Blue Tree Premium, localizado em Londrina (PR)

- 34,88% das ações da empresa Hotel Jahu S.A e de parcela ideal do imóvel em que o empreendimento se encontra instalado

- 50% do terreno formado pelos Lotes 8 e 9, Quadra F, do Loteamento Granjas Reunidas, Ipitangá, situado no município de Lauro de Freitas-BA, com área de 4.800m2, avaliado em R\$ 5,3 milhões e do empreendimento que está sendo construído sobre ele, chamado "Dual Medical & Business Empresarial Odonto Médico"

- veículo Volvo XC60, blindado, placas BBB 6244, ano 2011

- veículo Mercedes-Benz CLS 500, placas BCT 0050, ano 2006

- veículo Tiguan 2.0 TSI blindado, placas FLR 4044, ano 2013/2014

- imóvel localizado em Camaçari, com área aproximada de 3000m², cujo contrato se encontra apreendido no bojo da Operação Lava Jato

Segundo Fachin, foram instaurados diversos procedimentos de alienação e abertas contas judiciais para a devida destinação dos bens. No entanto, para o ministro, os esclarecimentos prestados pela Justiça Federal de Curitiba "não deixam tão clara a vinculação entre o objeto da

renúncia, os tombos de registro dos autos instaurados, a conta judicial aberta e as destinações já implementadas".

"Verifica-se que as informações relativas à destinação dos pagamentos de valores reparatórios decorrentes deste acordo de colaboração premiadas realizadas pelo colaborador resentem de maior precisão", advertiu.

A decisão foi proferida no bojo da petição em que foi homologada a delação de Youssef. O procedimento é acompanhado pelo Ministério Público Federal e por Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

Em maio, Fachin já havia determinado que a Justiça Federal em Curitiba informasse sobre os bens de Youssef ainda em regime de alienação e indicasse se, além das destinações já realizadas e comunicadas nos autos, ainda existem contas judiciais com valores disponíveis, vinculadas ao delator.

A Procuradoria-Geral da República analisou as informações prestadas pelo juízo de execução de Curitiba e constatou que ainda havia pendências de alienação dos bens de Youssef e de destinação de recursos oriundos de sua colaboração premiada.

A PGR sugeriu aguardar a finalização das diligências e um eventual novo pedido de informações à Justiça Federal. Fachin concordou.

A decisão do ministro foi assinada em meio à expectativa das investigações do Conselho Nacional de Justiça sobre um grampo telefônico instalado na cela de Youssef, onde ele ficou preso em março de 2014, início da Operação Lava Jato.

A apuração gerou tensão e expectativa sobre um possível pedido de anulação da delação

do doleiro, a depender dos achados do CNJ.

Em julho, o Conselho autorizou a defesa de Youssef a acessar o conteúdo da escuta clandestina instalada em sua cela na carceragem da Polícia Federal. O grampo teria funcionado entre os dias 17 e 28 de março daquele ano.

O próprio juiz que concedeu o acesso - Guilherme Roman Borges, substituído da 13ª Vara Federal de Curitiba - sinalizou como "indispensável" que Youssef e seu advogado tivessem acesso aos documentos, considerando a possibilidade de a defesa do doleiro usar as provas para uma eventual revisão ou anulação dos termos de sua delação premiada. Os áudios ainda estão sob análise.

A Lava Jato também continua na mira do CNJ. O órgão conduz processos sobre a conduta de juizes que atuaram na Operação. As apurações partem de achados de uma correição extraordinária realizada no berço da Lava Jato.

O CNJ encontrou, por exemplo, irregularidades na homologação e na gestão dos acordos de colaboração e de leniência. O órgão viu 'gestão caótica' no controle das multas negociadas com delatores e empresas.

Para o juiz Eduardo Appio, que ocupou a titularidade da 13ª Vara Federal de Curitiba após o ex-juiz Sérgio Moro renunciar ao cargo para ser nomeado ministro da Justiça no governo Bolsonaro, a Justiça Federal na 4.ª Região precisa aprimorar o sistema de gestão de bens e valores apreendidos durante a Operação Lava Jato'.

"Nunca houve controle efetivo, externo ou interno. O próprio CNJ indica 'gestão fraudulenta'", afirma Appio.

DEBATE NO SBT

Pablo Marçal acusa Nunes de integrar 'máfia das creches'

JULIANO GALISI/AE

Prefeitura de São Paulo".

EMPRESA 'NOTEIRA'

Durante o debate entre candidatos à Prefeitura de São Paulo promovido nesta sexta-feira, por SBT, Terra e Nova Brasil, o candidato Pablo Marçal (PRTB), durante um bloco de perguntas e respostas com Tabata Amaral (PSB), afirmou que Ricardo Nunes (MDB), prefeito da capital paulista e candidato à reeleição, está "envolvido com mais de cem pessoas na máfia das creches".

A menção rendeu um direito de resposta a Nunes. "Nós temos observado que o Pablo Henrique (Marçal), que tanto ataca e fala mentira, é o que tem maior rejeição", disse o prefeito. "Eu tenho uma vida absolutamente limpa, nunca tive um indiciamento, nenhuma condenação."

Marçal se referia a um inquérito da Polícia Federal que apura um suposto desvio de verbas públicas destinadas ao atendimento de crianças de zero a três anos na cidade de São Paulo.

Em relatório, a PF descreve o tema como um "complexo esquema de desvio de valores públicos, inclusive verbas federais, que estaria sendo realizado por Organizações Sociais e Mantenedoras de Centros de Educação Infantil e creches que prestam serviços para a

Em julho, a PF indiciou 117 pessoas por suspeitas de participação no esquema. Nunes não está entre os indiciados, mas foi alvo de um pedido da PF à Justiça para a abertura de um inquérito específico. A PF quer investigar a relação do atual prefeito, na época em que era vereador da cidade, com duas empresas envolvidas no esquema, a "Francisca Jacqueline Oliveira Braz Eireli" e a "Organização Social Associação Amiga da Criança e do Adolescente (Acria)".

No período investigado, a organização social Acria recebeu repasses de R\$ 49.891.499,83 da Prefeitura paulistana. Esta organização social, por sua vez, fez transações com a empresa "Francisca Jacqueline Oliveira Braz Eireli".

A suspeita dos investigadores é de que "Francisca Jacqueline" seja uma empresa de fachada, ou "noteira", como são conhecidas, no jargão investigativo, empresas que não desempenham atividades autênticas e se destinam à emissão de notas fiscais para fins fraudulentos. No período investigado, a movimentação financeira da empresa "Francisca Jacqueline" foi superior a R\$ 162 milhões.

Relação de Ricardo Nunes com empresa investigada é 'suspeita'

Além de identificar transações bancárias entre Nunes e a empresa "Francisca Jacqueline", os investigadores constataram que a presidência da Acria era ocupada por uma funcionária da empresa Nikkey, fundada por Ricardo Nunes e que, naquele momento, incluía membros da família do então vereador no quadro administrativo.

"É suspeita essa relação do então vereador Ricardo Luis Reis Nunes, atual Prefeito de São Paulo, com uma das principais empresas atuantes do esquema criminoso de desvio de verba pública do município de São Paulo, Francisca Jacqueline Oliveira Braz Eireli, que movimentou a quantia de R\$ 162.965.770,02 no período do afastamento bancário, como também a Organização Social Associação Amiga da Criança e do Adolescente", diz no relatório da PF o delegado Adalto Ismael Rodrigues Machado, da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários.

O relatório da PF também

aponta que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), braço da Receita Federal para investigar fraudes financeiras, "recebeu informações de movimentações atípicas nas contas de Ricardo Nunes e das empresas relacionadas, consideradas incompatíveis com a capacidade financeira do cliente".

Competência da investigação permanece em Vara paulistana.

O inquérito da PF foi alvo de uma disputa pela competência de um eventual julgamento. A "competência", no jargão jurídico, refere-se ao órgão que está habilitado a apreciar determinado caso.

A defesa de Ricardo Nunes tentou deslocar a investigação para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que detém a competência sobre o julgamento de prefeitos. A Corte de segunda instância, no entanto, negou o pedido do emedebista e manteve o caso sob a alçada da 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

QUEIMADAS

Barroso culpa desmonte de órgãos de proteção ambiental por incêndios

ALINE BRONZATI/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse que as queimadas no Brasil ocorrem após um desmonte "muito relevante" das instituições de proteção ambiental no Brasil e diante de secas "sem precedentes" no País.

"Houve um desmonte muito relevante das instituições de proteção ambiental, de proteção às comunidades indígenas. Há um problema humano, de recursos humanos e de preparação técnica em relação ao desmonte", afirmou ele, a jornalista, em Nova York.

Na sua visão, tanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como outros órgãos, ficaram "totalmente desestruturados" de pessoas e trabalho e foram "desprestigiados".

Em segundo lugar, Barroso mencionou as urgências climáticas no mundo e no Brasil, que após enfrentar enchentes no Rio Grande do Sul, agora, sofre com uma seca "sem precedentes" e que tem causado as queimadas no Pantanal.

"A emergência climática não é só o Brasil, mas o Brasil hoje é um exemplo de como o descon-

trole climático pode afetar a vida das pessoas. Nós estamos tendo uma seca prolongada na Amazônia, que não havia há muitas décadas nada parecido", afirmou Barroso.

Do ponto de vista do STF, o Supremo está fazendo "o que é possível ser feito", conforme Barroso. Ele também avaliou que o governo brasileiro está empenhado no combate às queimadas, mas que o melhor remédio é "prevenir" do que enfrentar os problemas acontecendo.

"Estamos aprendendo uma lição e precisamos fazer um bom dever de casa nessa maté-

ria", alertou Barroso.

Em discurso na ONU, Barroso defendeu ainda a necessidade de o Brasil enfrentar, sobretudo na Amazônia, a criminalidade ambiental.

O presidente do STF discursou nesta sexta-feira no evento '*SDGs in Brazil 2024*', na sede da ONU em Nova York, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, organizado pelo Pacto Global - Rede Brasil da ONU. Em sua fala, ele disse que o Brasil tem todas as condições de ser a grande liderança ambiental do mundo e não pode deixar de ter esse "protagonismo".

PARANÁ

Cármén Lúcia declara inconstitucional lei que limita vagas da PM a mulheres

RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), considerou inconstitucional uma lei do Paraná que reserva 50% das vagas nos concursos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para candidatas mulheres.

Não é a primeira vez que o tema é analisado no STF. O tribunal vem derrubando legislações locais que limitam a participação feminina em concursos na área de Segurança Pública, por considerar que elas violam o princípio da igualdade. Já foram anuladas leis do Amazonas, Ceará, Distrito Fe-

deral, Goiás, Mato Grosso, Roraima e Sergipe. O Tribunal de Justiça do Paraná considerou a legislação regular alegando que a restrição é "proporcional e razoável, na medida em que o percentual de 50% permite que homens e mulheres ingressem em igual número na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar".

Cármén Lúcia determinou que os desembargadores julguem novamente o caso, levando em consideração os precedentes do STF. "Ressalte-se que eventual recurso manifestamente inadmissível contra esta decisão demonstraria apenas inconformismo e resistên-

cia em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação, a-o jurisdicional, o que sujeitaria a parte a aplicac, a-o da multa processual", escreveu a ministra em despacho no dia 6 de setembro. O tema chegou ao STF a partir de uma ação movida pelo Ministério Público do Paraná. O órgão deu entrada no processo em 2022 alegando que, em última instância, a legislação discrimina as candidatas mulheres. Ao propor a ação, a Procuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Paraná sustentou que, ao estabelecer tal limite, "a le-

gislação emprega critério discriminatório em desfavor de mulheres, desrespeitando a igualdade e a dignidade, bem como os direitos humanos e fundamentais a elas garantidos constitucionalmente".

"A inconstitucionalidade não se centra no percentual (10%, 20%, 30% ou 50%), mas na definição de um limitador (isto é, no fato de que a legislação estabelece um percentual máximo de cargos que podem ser ocupados por mulheres) calcado na ideia equivocada de que mulheres são inaptas a exercer todas as atividades inerentes às carreiras de policial militar", afirmou o MP.

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O desembargador Marcos Augusto de Sousa, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), sediado em Brasília, decidiu nesta sexta-feira conceder prisão domiciliar ao pescador Oseney da Costa de Oliveira, um dos três réus acusados pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, em 2022.

A prisão domiciliar foi solicitada pela defesa do acusado. Os advogados alegaram que Oseney apresenta problemas de saúde e citaram a necessidade da realização de uma colonoscopia para tratar um sangramento intenso na região retal. Antes de

deixar o presídio, Oseney deverá colocar uma tornozeleira eletrônica para ser monitorado em Manaus, onde permanecerá na casa de um parente.

Além da questão de saúde, Oseney da Costa foi beneficiado pela decisão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF), que, na terça-feira passada, rejeitou a acusação do Ministério Público contra ele. O colegiado seguiu voto proferido pelo desembargador Marcos Augusto. Na avaliação do magistrado, não há provas da participação de Oseney nos homicídios de Bruno e Dom.

Quanto aos réus Amarildo e Jefferson, o desembargador decidiu manter a decisão que levou os acusados para julgamento no Tribunal do Juri de Tabatinga.

DEPUTADO FEDERAL

Glauber Braga é detido pela PM durante desocupação da Uerj

FABIO GRELLET/AE

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) e três alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) foram detidos, na tarde desta sexta-feira, durante uma ação da Polícia Militar para desocupar um prédio do principal campus da instituição de ensino, no Maracanã (zona norte do Rio).

O campus estava ocupado desde 26 de julho por alunos contrários a mudanças na política de assistência estudantil. A Justiça havia dado prazo até a última quinta-feira para que os alunos desocupassem a universidade. Eles não saíram e, nesta sexta-feira, a Polícia Militar retirou o grupo, em ação bastante tumultuada. O campus está desocupado.

Em nota, a presidente do PSOL, Paula Coradi, afirmou que a prisão "se deu de modo arbitrário e ilegal, quando nosso parlamentar tentava negociar uma solução pacífica para a reintegração de posse do Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do campus Maracanã da Universidade Estadual Rio de Janeiro (UERJ). O local estava ocupado por es-

tudantes em protesto contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil".

Segundo a nota, o PSOL acionou seu departamento jurídico para avaliar as medidas cabíveis contra o Estado do Rio de Janeiro. O partido afirma que o governador Cláudio Castro (PL) "sequer quis ouvir a proposta dos estudantes e invadiu o local, com a PM, de modo truculento com uso de bombas e gás de pimenta, além de proceder uma detenção claramente ilegal de um parlamentar democraticamente eleito".

Também em nota, a Polícia Militar afirmou que "policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e do 6º Batalhão desobstruíram a rua São Francisco Xavier, após manifestantes atearem fogo em objetos". A nota afirma que "quatro indivíduos foram conduzidos para a Cidade da Polícia", no Jacarezinho (zona norte), onde funcionam diversas delegacias da Polícia Civil. Durante as ações, um policial foi ferido e socorrido ao Hospital Central da Polícia Militar, segundo a PM.

FLORESTAS

Polícia do Rio identifica 34 autores de incêndios

A Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) já identificou, por meio da Operação Curupira, 34 autores de incêndios criminosos praticados no estado do Rio de Janeiro. Cinco pessoas foram presas. Nove já foram indiciadas e as equipes aguardam os laudos periciais para formalizar o indiciamento dos demais.

A Operação Curupira foi uma resposta da Polícia Civil no combate às ações incendiárias criminosas que atingiram diversos parques do estado. Também participam do Gabinete de Gestão de Crise do Governo do Estado a Secretaria Estadual do Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

De acordo com o secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, além dos prejuízos à fauna e à flora, as práticas criminosas acarretaram risco humano e patrimonial às populações afetadas pelos incêndios.

"O custo para recuperar esses ecossistemas é incalculável. Não temos, por exemplo, como colocar preço na vida de um animal silvestre que foi vítima. Isso sem falar no prejuízo com a emissão de créditos de carbono, tão importantes para o nosso estado. Nossas ações estão sendo assertivas no combate a este tipo de crime", disse Curi.

A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) e as delegacias distritais do interior fizeram inúmeras diligências pa-

ra apurar os incêndios eram criminosos e quem eram seus autores. Na segunda-feira passada, os agentes foram à Região Serrana para reprimir as ações incendiárias em Petrópolis e Itaipava. Perícias criminais foram feitas pela equipe do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) em três pontos de início das chamas.

Os policiais conseguiram identificar um adolescente, que compareceu à delegacia acompanhado de seu pai. O menor admitiu ter ocasionado o fogo que devastou grandes áreas de vegetação nos distritos de Pedro do Rio e Secretário.

Também houve diligências, oitiva de testemunhas e análise de imagens de câmeras de segurança na região da Vila Inglesa, também em Petrópolis, e no Parque Nacional da Serra da Tiririca, em Niterói.

Na última quarta-feira, uma ação integrada da DPMA com a 91ª DP (Valença) resultou na captura de um homem de 61 anos, flagrado em vídeo ateando fogo na área de proteção ambiental da Serra da Beleza, à margem da Rodovia RJ-143, altura do Km 52.

Ele foi identificado a partir das investigações das duas unidades. Com o autor, foram encontrados a motocicleta, as roupas e o capacete usados no crime. As diligências da Operação Curupira continuam.

Nota

ELEIÇÕES 2024 CANDIDATOS NÃO PODEM SER PRESOS A PARTIR DESTA SÁBADO

A partir deste sábado, os candidatos que disputam as eleições municipais deste ano não poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito. Pela norma, postulantes a cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ficam impedidos de detenção durante os 15 dias que antecedem o primeiro turno do pleito, que neste ano será realizado no primeiro domingo outubro (dia 6). A regra está prevista no parágrafo 1º do artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965). O objetivo da medida é garantir o equilíbrio da disputa eleitoral e prevenir que prisões sejam usadas como manobra para prejudicar o candidato por meio de constrangimento político ou o afastando de sua campanha eleitoral. Caso ocorra qualquer detenção no período, o candidato deverá ser conduzido imediatamente à presença do juiz competente, que verificará a legalidade na detenção. Quando não houver flagrante delito, o juiz deverá relaxar a prisão do candidato. No caso dos eleitores, o prazo que proíbe a prisão é de cinco dias antes do pleito (1º de outubro), a não ser em flagrante delito. A partir 12 de outubro, nos municípios onde houver segundo turno, a ser realizado no dia 27 de outubro, último domingo do mês, o candidato não poderá ser preso ou detido.

EUA

Votação presencial para eleição começa em 3 estados

A votação presencial para a eleição presidencial dos Estados Unidos começou nesta sexta-feira, nos Estados de Minnesota, Dakota do Sul e Virgínia, dando início a uma corrida de seis semanas até o dia da eleição após um verão de turbulência política. Mais uma dúzia de Estados iniciarão o processo até meados de outubro.

O início da votação presencial ocorre após um verão tumultuado na política norte-americana, marcado pela desis-

tência do presidente Joe Biden em favor da vice-presidente Kamala Harris e tentativas de assassinato contra o indicado republicano, Donald Trump.

Em todo o país, os diretores eleitorais locais estão reforçando a segurança para manter trabalhadores e locais de votação seguros, ao mesmo tempo em que garantem que as cédulas e os procedimentos de votação não sejam adulterados.

Autoridades e mesários têm sido alvos de assédio e até ameaças de morte desde a elei-

ção presidencial de 2020. Forças de segurança investigam, inclusive, a origem de pacotes suspeitos que foram enviados ou recebidos por autoridades eleitorais em mais de 15 Estados nos últimos dias, incluindo na Virgínia.

Donald Trump já tentou se meter dúvidas sobre a votação pelo correio e encorajou os votos presenciais no dia da eleição. Mas este ano, Trump e o Comitê Nacional Republicano começaram a considerar a votação antecipada e pelo correio

como uma forma de garantir os votos do Partido Republicano antes do dia da eleição, assim como os democratas têm feito há anos.

Autoridades eleitorais estaduais e locais de todo o país alertaram na semana passada que problemas com entregas de correspondência ameaçam privar os eleitores de seus direitos, e disseram ao chefe do sistema que ele não corrigiu falhas persistentes. O diretor-geral dos correios, Louis DeJoy, disse que o Serviço Postal estará pronto.

LÍBANO

Ataque de Israel em Beirute deixa 12 mortos e 66 feridos

O ataque lançado por Israel em Beirute, capital do Líbano, nesta sexta-feira de manhã deixou pelo menos 12 mortos e 66 feridos, segundo o Ministério da Saúde libanês. Forças militares israelenses afirmam que o ataque matou um dos comandantes de alto escalão do Hezbollah, Ibrahim Aqil, que seria responsável por operações do grupo xiita e das forças especiais Radwan.

Israel também afirmou que outros comandantes sênior do Hezbollah foram mortos no subúrbio ao sul de Beirute. O gru-

po militante, apoiado pelo Irã, não confirmou a morte de Aqil ou de outros integrantes.

Aqil, um terrorista designado pelos EUA, faz parte do principal conselho militar do Hezbollah. Os EUA o ligaram ao bombardeio do quartel dos fuzileiros navais dos EUA em Beirute em 1983 e ao sequestro de americanos na década de 1980.

No ano passado, o Departamento de Estado dos EUA anunciou uma recompensa de até US\$ 7 milhões por informações sobre Aqil. "Ibrahim Aqil é um comandante sênior do Hezbol-

lah, a pessoa mais próxima de Nasrallah", disse o porta-voz militar israelense Daniel Hagari, referindo-se ao líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah.

O grupo militante libanês, abalado pela operação de inteligência que teve como alvo seus dispositivos de comunicação, tem tentado determinar se alguma de suas redes está segura enquanto procura por brechas de segurança e caça a possíveis infiltrados na organização, disseram pessoas familiarizadas com o assunto ao *Wall Street Journal*.

O secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, cancelou os planos de viajar a partir deste fim de semana para Israel, Catar e Arábia Saudita.

Muitos dos aliados e parceiros árabes mais próximos de Washington no Oriente Médio temem uma possível invasão israelense no Líbano, de acordo com autoridades árabes, que afirmaram que isso poderia desencadear distúrbios em toda a região e uma oportunidade para os grupos extremistas aproveitarem essa raiva e se reagruparem.

Hezbollah dispara 140 foguetes em direção ao norte de Israel

O Hezbollah atacou o norte de Israel com 140 foguetes nesta sexta-feira, um dia depois de o líder do grupo militante, Hassan Nasrallah, ter prometido retaliar Israel por um ataque a bomba em

massa, disseram os militares israelenses e o grupo islâmico xiita.

Os militares de Israel disseram que os foguetes chegaram em três ondas, visando locais ao longo da fronteira com o Líbano.

O Hezbollah disse ter alvejado vários locais ao longo da fronteira com foguetes Katyusha, incluindo múltiplas bases de defesa aérea, bem como o quartel-general de uma brigada blindada

israelense que eles disseram ter atacado pela primeira vez.

O Hezbollah afirmou, ainda, que os foguetes foram uma retaliação pelo ataque de Israel a vilas e residências no sul do Líbano.

PATROCINANDO GUERRA

Comissão Europeia propõe empréstimo de até 35 bilhões de euros para Ucrânia

MATHEUS PRADO/ AE

A Comissão Europeia anunciou nesta sexta-feira, que propôs ao Parlamento e ao Conselho da

União Europeia um empréstimo excepcional de assistência financeira de até 35 bilhões de euros à

Ucrânia, utilizando lucros extraordinários de ativos imobiliza-

dos do Banco Central da Rússia para honrar com o compromisso.

O montante seria a colaboração do bloco ao mecanismo de cooperação de empréstimos da

Ucrânia, a ser estabelecido pelo G7, grupo dos países mais industrializados do mundo, para concessão de até 45 bilhões de euros para o país.

CAROLINA DO NORTE

Candidato republicano deixa comentários perturbadores em site

O candidato republicano na Carolina do Norte e republicano Mark Robinson, fez a série de comentários perturbadores em um site pornográfico ao longo dos últimos dez anos, noticiou uma reportagem da CNN na quinta-feira passada. Em um deles, Robinson se apelida de "negro nazista" e expressou apoio a volta da escravidão.

Segundo a reportagem, o republicano, atual vice-governador da Carolina do Norte e um dos membros do Make America Great Again (MAGA), costumava assistir vídeos de pornografia transgênero. Publicamente, Robinson adota uma retórica contra as pessoas trans.

Os comentários, que o vice-governador negou ter feito, são ante-

riores à entrada dele na política e no cargo atual. A CNN afirma que

identificou o republicano ao comparar os detalhes biográficos do usuário que fez os comentários com o dele e descobrir que o e-mail cadastrado era o mesmo utilizado pelo político em diversos sites. O usuário atribuído a Robinson, apelidado de "minisoldr", também se chamou de "perverso" em um dos comentários. Segundo a CNN, era costume do político utilizar esse apelido online, em redes sociais como o Twitter, o Pinterest e em sites como o YouTube. Os comentários foram feitos entre 2008 e 2012 no site "Nude Africa", que tem espaço para comentários. O perfil do usuário "minisoldr" foi cadastrado com o

nome completo do vice-governador, informou o canal americano.

Muitos dos comentários contrastam com suas posições públicas sobre questões como o aborto e direitos transgêneros. Em um dos vídeos, Mark Robinson escreveu que gostava de assistir pornô entre travestis e mulheres cisgênero. "Isso é muito excitante", escreveu. "E sim, eu também sou um perverso".

O republicano, que foi o primeiro vice-governador negro da história da Carolina do Norte e chegou a ser chamado de "Martin Luther King Jr. com esteróides" por Donald Trump, também fez comentários contra o ativista e chegou a ser chamado de "supremacista branco" por um outro

usuário. "Tirem esse comunista desgraçado do National Mall!", escreveu se referindo ao memorial a King em Washington.

A repercussão do caso pode atrapalhar ainda mais os planos republicanos na Carolina do Norte, um Estado-pêndulo (com alternância de vencedor) na eleição dos EUA. Desde o início da campanha eleitoral, a figura controversa do candidato, que se considera "mais trumpista do que Trump", tem favorecido a candidatura democrata.

A resposta da campanha de Trump sobre a reportagem da CNN não mencionou Robinson. "A campanha do presidente Trump está focada em ganhar a Casa Branca e salvar este país.